

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio</i>	XXIII
Capítulo I – Sistema Tributário Nacional	1
1.1. Introdução	1
1.2. Objeto	3
1.3. Tributo	4
1.3.1. Conceito	4
1.3.2. Obrigação <i>ex lege</i>	5
1.3.3. Obrigação em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	5
1.3.4. O tributo não se constitui em sanção por ato ilícito	6
1.3.5. Obrigação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada	7
1.3.6. Tributo não se reconhece pelo nome	8
1.3.7. Critérios para classificação dos tributos	8
1.3.7.1. Quanto às espécies	8
1.3.7.2. Quanto à competência impositiva	9
1.3.7.3. Quanto à vinculação em relação à atividade estatal	9
1.3.7.4. Quanto à função	9
1.4. Código Tributário Nacional – Lei n. 5.172/66	10
1.5. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito	11
1.6. Questões de múltipla escolha	11
1.7. Questões discursivas	15
Capítulo II – Classificação Jurídica dos Tributos	17
2.1. Leis tributárias	17
2.2. Classificação jurídica dos tributos	18
2.2.1. Impostos	19
2.2.1.1. Competência dos impostos	20
2.2.1.2. Classificação dos impostos	21
2.2.1.3. Princípio informador dos impostos	24
2.2.1.4. Impostos criados por lei complementar	24
2.2.2. Taxa	25
2.2.2.1. Taxa de serviço – art. 79, CTN	25
2.2.2.2. Taxa de polícia – art. 78, CTN	28
2.2.2.3. Base de cálculo e alíquota	28
2.2.2.4. Competência para instituir e cobrar taxas	28
2.2.2.5. Princípio informador das taxas	29



2.2.2.6. Tarifa (ou preço público)	29
2.2.3. Contribuição de melhoria	31
2.2.3.1. Base de cálculo e alíquota	32
2.2.3.2. Competência para instituir e cobrar contribuição de melhoria	33
2.2.3.3. Princípio informador da contribuição de melhoria	33
2.3. Observações finais	33
2.4. Questões de múltipla escolha	34
2.5. Questões discursivas	43
Capítulo III – Empréstimos Compulsórios e Contribuições Parafiscais	45
3.1. Empréstimos compulsórios	45
3.1.1. Hipóteses do inciso I	46
3.1.2. Hipóteses do inciso II	46
3.1.3. Observações	47
3.1.4. Restituição	47
3.2. Contribuições parafiscais (ou sociais)	48
3.2.1. Introdução	48
3.2.2. Classificação das contribuições (art. 149 da Constituição Federal)	48
3.2.2.1. Contribuições sociais gerais	49
3.2.2.1.1. PIS – Programa de Integração Social	49
3.2.2.1.2. COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	49
3.2.2.1.3. CSSL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	52
3.2.2.1.4. Contribuição do salário-educação	54
3.2.2.2. Contribuições sociais para a seguridade social	54
3.2.2.3. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	55
3.2.2.4. Contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas (corporativas)	56
3.2.2.5. Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação (COSIP)	57
3.2.2.6. Competência tributária das contribuições especiais	57
3.2.2.7. Contribuições Previdenciárias Residuais	57
3.3. Questões de múltipla escolha	58
3.4. Questões discursivas	67
Capítulo IV – Princípios Constitucionais Tributários	69
4.1. Introdução	69
4.1.1. Princípio da legalidade	70
4.1.1.1. Decretos e o princípio da legalidade	71
4.1.1.2. Tributos que são instituídos por lei complementar	72
4.1.1.3. Exceções ao princípio da legalidade	72
4.1.2. Princípio da anterioridade	73
4.1.2.1. Princípio da anterioridade qualificada	75
4.1.2.2. Exceções	75
4.1.3. Princípio da anualidade	76
4.1.4. Princípio da irretroatividade	76
4.1.5. Princípio da isonomia	77
4.1.6. Princípio da capacidade contributiva	79
4.1.6.1. Progressividade das alíquotas	80
4.1.6.2. Regressividade	80
4.1.6.3. Seletividade	80
4.1.7. Princípio da vedação de efeitos confiscatórios	81
4.1.8. Princípio da imunidade recíproca	81

4.1.9. Princípio da imunidade de tráfego	82
4.1.10. Princípio da uniformidade geográfica	82
4.1.11. Princípio da vedação de distinção em razão de procedência ou destino	83
4.1.12. Princípio da tipicidade	83
4.2. Princípios constitucionais tributários específicos	83
4.2.1. Princípio da não cumulatividade	83
4.3. Questões de múltipla escolha	84
4.4. Questões discursivas	96
Capítulo V – Imunidades Tributárias	97
5.1. Distinção entre incidência, não incidência, imunidade e isenção	97
5.1.1. Imunidades	97
5.1.2. Imunidades subjetivas, objetivas e mistas	99
5.1.3. Imunidades ontológicas e políticas	100
5.1.4. Imunidades explícitas e implícitas	100
5.1.5. Imunidades incondicionadas e condicionáveis	101
5.2. Principais hipóteses de imunidade	101
5.3. Imunidades de taxas	108
5.4. Imunidade de contribuições especiais	108
5.5. Imunidades e obrigações acessórias	109
5.6. Questões de múltipla escolha	109
5.7. Questões discursivas	119
Capítulo VI – Fontes do Direito Tributário	121
6.1. Fontes materiais	121
6.2. Fontes formais ou diretas	121
6.2.1. Fontes formais indiretas	122
6.3. Fontes primárias	122
6.3.1. Constituição Federal	122
6.3.2. Emenda à Constituição	123
6.3.3. Tratados e convenções internacionais	123
6.3.4. Lei Complementar e Lei Ordinária	124
6.3.4.1. Lei Complementar – arts. 69, 146, 146-A, CF	124
6.3.4.2. Lei Ordinária – arts. 64 a 67, CF	125
6.3.5. Medida Provisória	125
6.3.6. Lei delegada	126
6.3.7. Decreto legislativo	126
6.3.8. Resolução do Senado Federal	126
6.4. Fontes secundárias	127
6.4.1. Decretos	127
6.4.2. Normas complementares	128
6.5. Fontes indiretas	129
6.5.1. Doutrina	129
6.5.2. Jurisprudência	130
6.5.3. Súmula	130
6.5.4. Súmula vinculante	130
6.6. Questões de múltipla escolha	130
6.7. Questões discursivas	136
Capítulo VII – Vigência e Aplicação das Leis Tributárias	139
7.1. Vigência e aplicação no espaço	139

7.2. Vigência e aplicação no tempo.	139
7.2.1. Revogação	141
7.2.1.1. Revogação de isenções (art. 104, III, CTN).	141
7.2.1.2. Fatos geradores futuros e pendentes (art. 105, CTN).	141
7.2.1.3. Aplicação da lei tributária a atos e fatos pretéritos (art. 106, CTN).	142
7.3. Interpretação e integração das leis tributárias (arts. 107 a 112 do CTN).	142
7.3.1. Interpretação	142
7.3.2. Interpretação das leis tributárias	143
7.3.2.1. Interpretação literal ou estrita (art. 111, CTN).	143
7.3.2.2. Interpretação mais favorável ao acusado (art. 112, CTN)	143
7.3.2.3. Quanto ao sujeito que a realiza	143
7.3.2.4. Quanto aos meios de que se vale o intérprete	144
7.3.2.5. Quanto aos resultados que produz	144
7.3.3. Integração da legislação tributária	145
7.3.4. Prazo para pagamento de tributo	146
7.3.5. Sanções e observância das normas complementares	146
7.4. Questões de múltipla escolha.	147
7.5. Questão discursiva	157
 Capítulo VIII – Competência Tributária	 159
8.1. Conceito	159
8.2. Características da competência tributária	160
8.2.1. Privativa (ou exclusiva)	161
8.2.1.1. Critério material de repartição de competências impositivas	161
8.2.1.2. Critério territorial de repartição de competências impositivas	161
8.2.2. Incaducável	162
8.2.3. De exercício facultativo	163
8.2.4. Inampliável	163
8.2.5. Irrenunciável	163
8.2.6. Indelegável.	163
8.3. Espécies de competência tributária	164
8.3.1. Competência ordinária.	164
8.3.2. Competência especial	164
8.3.3. Competência extraordinária	165
8.4. Competência cumulativa ou múltipla	165
8.5. Competência tributária dos Estados e do Distrito Federal.	165
8.6. Competência tributária dos Municípios e do Distrito Federal.	165
8.7. Conflito de competência	166
8.7.1. Bitributação	166
8.7.2. <i>Bis in idem</i>	166
8.8. Capacidade tributária	167
8.8.1. Capacidade tributária ativa	167
8.9. Distinção entre competência tributária e capacidade tributária	167
8.10. Competência tributária, capacidade tributária e delegação	167
8.11. Questões de múltipla escolha.	167
8.12. Questões discursivas	176

Capítulo IX – Hipótese de Incidência – Fato Imponível – Fato Gerador – Obrigação Tributária – Base de Cálculo e Alíquota	177
--	-----

9.1. Hipótese de incidência.	177
--------------------------------------	-----

9.2. Fato imponible	178
9.3. Fato gerador	179
9.4. Obrigação tributária	182
9.4.1. Classificação das obrigações tributárias	183
9.4.2. Origem da obrigação tributária	184
9.5. Objeto	185
9.6. Causa	185
9.7. Sujeitos da relação tributária	186
9.7.1. Sujeito ativo	186
9.7.2. Sujeito passivo	186
9.8. Base de cálculo e alíquota	188
9.8.1. Base de cálculo	188
9.8.2. Alíquota	189
9.9. Questões de múltipla escolha	189
9.10. Questão discursiva	200
 Capítulo X – Capacidades Tributárias Ativa e Passiva	 201
10.1. Capacidade tributária ativa	201
10.2. Capacidade tributária passiva	202
10.3. Benefício de ordem	204
10.4. Efeitos da solidariedade – art. 125, CTN	204
10.5. Domicílio fiscal	205
10.6. Responsabilidade dos sucessores – art. 129, CTN	205
10.7. Responsabilidade de terceiros – art. 134, CTN	207
10.8. Denúncia espontânea	209
10.8.1. Responsabilidade por crimes tributários	210
10.8.2. Elisão, evasão, conluio	210
10.9. Questões de múltipla escolha	210
10.10. Questões discursivas	222
 Capítulo XI – A Constituição do Crédito Tributário	 225
11.1. Crédito tributário	225
11.1.1. Objeto do crédito tributário	225
11.2. Lançamento	226
11.2.1. Natureza jurídica do lançamento	226
11.2.2. Características do lançamento	228
11.2.3. Modalidades de lançamento	228
11.2.4. Aplicação da legislação tributária ao lançamento	229
11.2.5. Hipóteses de alteração do lançamento	229
11.2.6. Retificação da declaração	230
11.2.7. Notificação	230
11.2.8. Revisão de ofício do lançamento	231
11.2.9. Lançamento e arbitramento	231
11.2.10. Decadência do direito de lançar	231
11.3. Questões de múltipla escolha	232
11.4. Questões discursivas	242
 Capítulo XII – Impostos Federais	 245
12.1. Imposto sobre Importação de produtos estrangeiros (II)	245

12.1.1. TEC – Tarifa Externa Comum	245
12.1.2. Competência	246
12.1.3. Contribuinte	246
12.1.4. Função	246
12.1.5. Fato gerador	247
12.1.6. Base de cálculo	248
12.1.7. Alíquota	248
12.1.8. Lançamento	248
12.1.9. Considerações especiais	248
12.2. Imposto sobre Exportação de produtos nacionais ou nacionalizados (IE)	249
12.2.1. Competência	249
12.2.2. Função	249
12.2.3. Fato gerador	250
12.2.4. Alíquotas	250
12.2.5. Base de cálculo	250
12.2.6. Contribuinte	251
12.2.7. Lançamento	251
12.2.8. Considerações especiais	251
12.3. Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza (IR)	251
12.3.1. Função	252
12.3.2. Fato gerador	252
12.3.3. Base de cálculo	253
12.3.4. Recolhimentos	253
12.3.5. Alíquotas do Imposto de Renda de pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, presumido ou arbitrado	254
12.3.5.1. Adicional	254
12.3.6. Princípio da capacidade contributiva	254
12.3.7. Não incidência do Imposto de Renda	254
12.3.8. Contribuinte	255
12.3.9. Lançamento	255
12.4. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	255
12.4.1. Competência	255
12.4.2. Produtos industrializados	256
12.4.3. Fato gerador	256
12.4.4. Contribuinte	256
12.4.5. Seletividade	256
12.4.6. Não cumulatividade	256
12.4.7. Não anterioridade	257
12.4.8. Não incidência à exportação	257
12.4.9. Aquisição de bens de capital	257
12.4.10. IPI na base de cálculo do ICMS	257
12.4.11. Legislação aplicável	257
12.4.12. Base de cálculo	257
12.4.13. Alíquotas	258
12.4.14. Tipo de lançamento	258
12.5. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários – IOC (mais conhecido como Imposto sobre Operações Financeiras – IOF)	258
12.5.1. Competência	258
12.5.2. Fato gerador	258
12.5.3. Não anterioridade	259

12.5.4. Contribuinte	259
12.5.5. Base de cálculo	259
12.5.6. Alíquotas	259
12.5.7. Legislação aplicável	260
12.5.8. Tipo de lançamento	260
12.5.9. Não incidência	260
12.6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)	260
12.6.1. Competência	261
12.6.2. Fato gerador	261
12.6.3. Contribuinte	261
12.6.4. Seletividade	262
12.6.5. Imunidade	262
12.6.6. Isenção	262
12.6.7. Declarações que o contribuinte deve fazer	263
12.6.8. Base de cálculo	263
12.6.9. Alíquota	264
12.6.10. Tipo de lançamento	265
12.6.11. Legislação aplicável	265
12.6.12. Considerações finais	265
12.7. Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)	265
12.8. Imposto Extraordinário de Guerra (IEG)	265
12.9. Impostos residuais	266
12.10. Impostos regulatórios	266
12.10.1. Regime Tributário Unificado (RTU)	266
12.10.2. Microempreendedor Individual (MEI)	267
12.10.2.1. Tributação	267
12.10.2.2. Vedações	268
12.10.3. Enquadramento	268
12.10.4. Condições	268
12.10.5. MEI com um único empregado	269
12.10.6. Exclusão	269
12.10.7. Simples	270
12.10.8. Tributos e contribuições	271
12.10.9. Alíquotas e base de cálculo	273
12.11. Lucro presumido	273
12.11.1. Quem pode optar?	273
12.11.2. Cálculo	273
12.11.3. Lucro real	274
12.11.4. Quem pode optar?	274
12.11.5. Cálculo	274
12.11.6. Importância do planejamento tributário	275
12.12. Questões de múltipla escolha	275
12.13. Questões discursivas	284
Capítulo XIII – Impostos Estaduais	287
13.1. Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD – Herança e Doações)	287
13.1.1. Competência	287
13.1.2. Fato gerador	287
13.1.3. Alíquotas	288

13.1.4. Contribuinte	288
13.1.5. Base de cálculo	288
13.1.6. Tipo de lançamento	289
13.1.7. Considerações	289
13.2. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)	289
13.2.1. Competência	289
13.2.2. Função	289
13.2.3. Não cumulatividade	290
13.2.4. Seletividade	290
13.2.5. Fato gerador na circulação de mercadorias	290
13.2.6. Contribuinte	292
13.2.6.1. Substituição tributária	292
13.2.7. Base de cálculo	293
13.2.8. Alíquotas	295
13.2.9. Imunidade	295
13.2.10. Tipo de lançamento	295
13.2.11. CONFAZ	296
13.2.12. Tratamento diferenciado	296
13.3. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	296
13.3.1. Competência	296
13.3.2. Contribuinte	297
13.3.3. Fato gerador	297
13.3.4. Base de cálculo	297
13.3.5. Seletividade	297
13.3.6. Imunidade	297
13.3.7. Isenção	298
13.3.8. Tipo de lançamento	298
13.3.9. Considerações	298
13.4. Questões de múltipla escolha	298
13.5. Questões discursivas	308
Capítulo XIV – Impostos Municipais	311
14.1. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	311
14.1.1. Competência	311
14.1.2. Fato gerador	311
14.1.3. Base de cálculo	312
14.1.4. Progressividade e alíquota	312
14.1.5. Contribuinte	313
14.1.6. Tipo de lançamento	313
14.1.7. Considerações gerais	313
14.2. Imposto de Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis (ITBI)	314
14.2.1. Competência	314
14.2.2. Considerações	314
14.2.3. Fato gerador	315
14.2.4. Dação em pagamento	316
14.2.5. Imunidade	316
14.2.5.1. Fusão	316
14.2.5.2. Incorporação	316
14.2.5.3. Cisão	316

14.2.5.4. Exceção	317
14.2.5.5. <i>Ratio legis</i>	317
14.2.5.6. Atividade preponderante	317
14.2.6. Base de cálculo	317
14.2.7. Alíquota	317
14.2.8. Sujeito passivo	318
14.2.9. Tipo de lançamento	318
14.2.10. Considerações gerais	318
14.3. Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS)	318
14.3.1. Competência	318
14.3.2. Fato gerador	319
14.3.3. Base de cálculo	319
14.3.4. Contribuinte	320
14.3.5. Local da prestação de serviços	320
14.3.6. Tipo de lançamento	321
14.3.7. Considerações gerais	321
14.4. Questões de múltipla escolha	322
14.5. Questões discursivas	332
Capítulo XV – Causas Suspensivas do Crédito Tributário	333
15.1. Moratória (arts. 152 a 155 do Código Tributário Nacional)	334
15.1.1. Depósito integral do montante tributário – art. 151, II, CTN	335
15.1.2. Reclamações e recursos – art. 151, III, CTN	337
15.1.3. Concessão de liminar em mandado de segurança – art. 151, IV, CTN	337
15.1.4. Concessão de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial – art. 151, V, CTN ..	338
15.1.5. Parcelamento – art. 151, VI, CTN	338
15.2. Questões de múltipla escolha	339
15.3. Questões discursivas	345
Capítulo XVI – Causas Extintivas do Crédito Tributário	347
16.1. Pagamento	348
16.1.1. Indébito tributário	349
16.1.2. Consulta	350
16.1.3. Compensação	350
16.1.4. Transação	351
16.1.5. Remissão	352
16.1.6. Decadência e prescrição	353
16.1.6.1. Noções gerais	353
16.1.6.2. Decadência	353
16.1.6.3. Prescrição	354
16.1.6.3.1. Conceito	354
16.1.6.3.2. Requisitos para ocorrência da prescrição	355
16.1.6.3.3. Causas suspensivas da fluência do lapso prescricional – art. 151 do CTN, e arts. 2º, 3º e 40 da Lei n. 6.830/80	355
16.1.6.3.4. Causas interruptivas do lapso prescricional – art. 174, parágrafo único, do CTN	356
16.1.6.4. Decadência e prescrição das contribuições sociais para a seguridade social. .	356
16.1.7. Conversão de depósito em renda	357
16.1.8. Pagamento antecipado e homologação posterior	357
16.1.9. Consignação em pagamento	357

16.1.10. Decisão administrativa irreformável	358
16.1.11. Decisão judicial passada em julgado	358
16.1.12. Dação em pagamento em bens imóveis	358
16.2. Questões de múltipla escolha	359
16.3. Questões discursivas	367
Capítulo XVII – Exclusão do Crédito Tributário	369
17.1. Introdução	369
17.2. Isenção	369
17.2.1. Classificação das isenções	371
17.2.2. Isenções tributárias concedidas por decreto legislativo que ratifica tratados internacionais tributários	372
17.2.3. Isenções tributárias e o ICMS	372
17.2.4. Formas de concessão das isenções tributárias	373
17.3. Anistia	374
17.4. Isenção, remissão e anistia	375
17.5. Questões de múltipla escolha	375
17.6. Questões discursivas	386
Capítulo XVIII – Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80)	389
18.1. Função do título da execução fiscal	391
18.1.1. Processo de execução fiscal – art. 100, CF, e arts. 730 e 731, CPC	391
18.1.2. Cautelar fiscal (Lei n. 8.397/92)	393
18.2. Questões de múltipla escolha	393
18.3. Questões discursivas	398
Capítulo XIX – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário	399
19.1. Garantias do crédito tributário	399
19.1.1. Presunção de fraude	400
19.1.2. Preferências do crédito tributário	400
19.1.2.1. Espécies de garantia	402
19.1.2.2. Cobrança judicial do crédito tributário	402
19.1.3. Falência e recuperação judicial	403
19.1.4. Créditos tributários de inventário, arrolamento e liquidação judicial ou voluntária	404
19.1.4.1. Tributos relativos aos bens do espólio	404
19.1.5. Concorrência pública	405
19.2. Questões de múltipla escolha	405
19.3. Questão discursiva	411
Capítulo XX – Administração Tributária	413
20.1. Fiscalização	414
20.2. Auto de infração	415
20.2.1. A fiscalização no âmbito da Administração Fazendária	417
20.2.2. Atividades de mera constatação	417
20.2.3. Comprovações formais	417
20.2.4. Verificação de omissões de recolhimentos	418
20.2.5. Medidas preparatórias da ação fiscalizadora	419
20.3. Guarda de documentos comerciais e fiscais	420
20.4. Sigilo comercial	421
20.5. Dever de informar e sigilo profissional	421

20.6. Sigilo fiscal.	422
20.7. Convênios de cooperação	423
20.8. Inscrição e Dívida Ativa.	423
20.8.1. Análise do art. 203, CTN.	425
20.8.2. Análise do art. 204, CTN.	425
20.9. Certidão negativa	426
20.10. Certidão positiva com efeito de negativa.	427
20.11. Tipos de certidão	427
20.12. Outras regras acerca de certidões.	428
20.13. Certidão falsa.	428
20.14. CADIN – Cadastro Informativo.	428
20.15. Contagem de prazos fixados no CTN ou na legislação tributária	428
20.16. Questões de múltipla escolha.	429
20.17. Questões discursivas	441
 Capítulo XXI – Processo Administrativo-Tributário	 443
21.1. Introdução	443
21.2. Procedimento administrativo	444
21.3. Princípios e critérios do processo administrativo	446
21.4. Preparação do ato de lançamento.	448
21.5. Auto de infração e notificação de lançamento	448
21.6. Julgamento	449
21.6.1. Fase de instauração	449
21.6.2. Fase de preparação e instrução	450
21.6.3. Fase do julgamento	450
21.6.4. Fase recursal	451
21.6.4.1. Recursos do Fisco	451
21.6.4.2. Recursos do contribuinte	452
21.6.4.3. Desnecessidade do depósito recursal do INSS.	452
21.6.5. Competências dos órgãos que atuam no processo administrativo tributário.	452
21.7. Etapas do processo de defesa administrativa.	454
21.7.1. Julgamento em primeira instância	454
21.7.2. Julgamento em segunda instância	455
21.7.3. Julgamento em instância especial	456
21.7.4. Eficácia e execução das decisões.	457
21.7.5. Uniformização	457
21.8. Espécies de processo administrativo	458
21.8.1. Preventivo	458
21.8.1.1. Processo da consulta	458
21.8.1.1.1. Competência	458
21.8.1.1.2. Objetivo da consulta	458
21.8.1.2. Denúncia espontânea	460
21.8.2. Voluntário.	461
21.8.2.1. Repetição de indébito.	461
21.8.2.2. Parcelamento de débitos fiscais	461
21.8.2.3. Reconhecimento de direitos.	461
21.8.3. Contencioso ou determinação da exigência do crédito tributário, através dos órgãos competentes	461
21.9. Nulidades	461
21.10. Questões de múltipla escolha.	474
21.11. Questão discursiva	483

Capítulo XXII – Processo Judicial-Tributário	485
22.1. Garantias constitucionais	486
22.2. Espécies de processo	486
22.3. Efeitos das sentenças	487
22.4. Competência	487
22.4.1. Considerações preliminares	487
22.5. Ações de iniciativa do Fisco	487
22.5.1. Execução fiscal	488
22.5.1.1. Competência	488
22.5.1.2. Procedimento	489
22.5.1.3. Bens ou devedor não encontrados	489
22.5.2. Cautelar fiscal	490
22.5.3. Cabimento	490
22.5.4. Procedimento	491
22.5.5. Liminar em cautelar	492
22.5.6. Indisponibilidade dos bens do devedor	492
22.5.7. Defesa do contribuinte	492
22.5.8. Perda da eficácia da cautelar	493
22.5.9. Informações finais	493
22.6. Ações de iniciativa do contribuinte	494
22.6.1. Mandado de segurança	494
22.6.2. Mandado de segurança individual e coletivo	495
22.6.3. Mandado de segurança preventivo e repressivo	495
22.6.4. Prazo para impetrar o mandado de segurança	496
22.6.5. Medida liminar	496
22.6.6. Tutelas de urgência e exigibilidade do crédito	497
22.6.7. Recursos	498
22.7. Processo de conhecimento	499
22.7.1. Ação declaratória – art. 4º, I, CPC	499
22.7.2. Ação de repetição de indébito – art. 165, CTN	500
22.7.2.1. Repetição e compensação	502
22.7.3. Repetição e prescrição	502
22.7.4. Ação anulatória de débito fiscal	503
22.7.4.1. Depósito preparatório	504
22.7.5. Ação de consignação em pagamento	504
22.8. Embargos à Execução Fiscal – art. 16, Lei n. 6.830/80	506
22.8.1. Efeitos dos embargos à execução	507
22.8.2. Embargos à execução e embargos de terceiro	507
22.8.3. Exceção de pré-executividade	508
22.9. Recursos	509
22.9.1. Admissibilidade dos recursos	509
22.9.2. Modalidades de recursos	509
22.10. Ações de controle de constitucionalidade	511
22.11. Questões de múltipla escolha	511
22.12. Peças profissionais	514
Anexo – Modelos	519
Gabarito das Questões de Múltipla Escolha, das Questões Discursivas e das Peças Profissionais	533
Bibliografia	565